



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
GRUPO EXECUTIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS Nº 054/2013.

Contrato celebrado entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA, localizada na Rua Voluntários da Pátria, 1358, Bairro Floresta – Porto Alegre/RS, representada neste ato pelo seu Diretor-Geral, Sr. Saulo Coser Faganello, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa AZ SERVIÇOS LTDA - EPP, localizada na Rua Coronel Fonseca, 1031/401, Bairro Centro – Gravataí/RS, inscrita no Ministério da Fazenda sob o nº 07.725.673/0001-58, representada neste ato por seu representante legal, Sr. Artur dos Reis, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 453.566.610-53, RG nº 2029113848 – SSP/RS, doravante denominada **CONTRATADA**, para a prestação dos serviços descritos na Cláusula Primeira – Do Objeto.

O presente contrato tem seu respectivo fundamento e finalidade na consecução do objeto contratado, descrito abaixo, constante do processo administrativo nº **003855-12.00/12-7**, de **Pregão Eletrônico Tipo Menor Preço Total por Lote nº 669/GELIC/2012**, que é regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, e pelas condições previstas neste contrato, no Edital e nos seus anexos, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui o objeto deste instrumento a contratação de empresa do ramo para a prestação de serviço de limpeza, conservação e higiene junto aos prédios de uso da Secretaria da Segurança Pública/RS, conforme as especificações constantes do Instrumento Editalício e dos Anexos que se integram a este instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

2.1 A execução deste contrato compreende a prestação dos serviços, pela **CONTRATADA**, na forma especificada no(s) Anexo(s) IV, Especificações Técnicas e na Proposta Comercial apresentada.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 O preço para o presente ajuste é de **R\$ 37.900,00 (trinta e sete mil e novecentos reais) mensais**, constante da proposta vencedora da licitação, aceito pelo **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto dividido em:

Montante "A": R\$ 29.156,88

Montante "B": R\$ 8.743,12

SSP – GELIC – Rua Voluntários da Pátria, 1358, 8º andar, sala 807 – Bairro Floresta – Porto Alegre/RS CEP: 90.230-010
Fone: 3288-1917 / Fax: 3288-1973 – E-mail: gelic@ssp.rs.gov.br ou henrique-lykawka@ssp.rs.gov.br

Helen C. S. de F. Lopes
CRC/RS 079356/0-8

AZ SERVIÇOS LTDA. - EPP
Artur dos Reis
Diretor

CLÁUSULA QUARTA - DO RECURSO FINANCEIRO

- 4.1 Unidade Orçamentária: 12.60
4.2 Projeto/Atividade: 8018
4.3 Rubrica/Elemento: 3.3.90.37.3701
4.4 Recurso: 8008
4.5 Nota de empenho nº 13001222866 - Data: 26/03/2013

CLÁUSULA QUINTA – DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

5.1 Os preços do presente contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, serão reajustados da seguinte forma:

5.1.1 Montante "A": na forma estabelecida na legislação salarial, dissídio ou acordo coletivo da categoria;

5.1.2 Montante "B" : a repactuação deste Contrato será permitida, desde que observado o interregno mínimo de um ano, a contar da data da proposta, ou da última repactuação, sendo que no primeiro período de reajustamento será feita adequação ao mês civil, se for o caso.

5.2 A repactuação será precedida de demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos de acordo com Planilha de Custos e Formação de Preços, justificados e comprovados.

5.3 Caberá à parte interessada a iniciativa e o encargo dos cálculos e da demonstração analítica do aumento ou da redução dos custos.

5.4 Os valores para a repactuação de preços do Contrato deverão estar ajustados aos parâmetros referenciais fixados no módulo Contratos de Serviços de Terceiro – CST do sistema de Finanças Públicas do Estado – FPE (denominação alterada pela IN TE nº 01/2012), de acordo com o Decreto nº 44.365, de 23 de março de 2006.

5.5 A proponente poderá apropriar para fins de apuração dos custos a depreciação dos equipamentos, respeitada o fracionamento da vida útil, considerando-se, ainda, o valor residual do bem.

5.6 É vedada, por ocasião da repactuação, a inclusão de benefícios não previstos originariamente.

5.7 Não se aplicam o disposto no item 5.1.2, quando as modificações dos valores contratuais forem em razão de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, ou equivalente.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

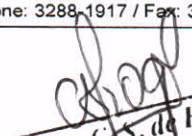
6.1 Os pagamentos serão efetuados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço mediante a protocolização da Nota Fiscal ou da Nota Fatura em 02 (duas) vias, devidamente firmado, e de fatura discriminada atestada pelo contratante, cumpridas as demais exigências constantes no Edital, a qual deverá ser protocolizada até o dia 25 do mês da prestação dos serviços.

6.1.1 O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta vencedora da licitação e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões relativas à regularidade fiscal.

6.1.2 Para efeito de desconto de eventuais faltas dos funcionários da **CONTRATADA** será considerado o período de 23 do mês anterior a 22 do mês a que se refere a prestação dos serviços.

6.1.3 A protocolização somente poderá ser feita após a prestação dos serviços por parte da **CONTRATADA**;

SSP – GELIC – Rua Voluntários da Pátria, 1358, 8º andar, sala 807 – Bairro Floresta – Porto Alegre/RS CEP: 90.230-010
Fone: 3288-1917 / Fax: 3288-1973 – E-mail: gelic@ssp.rs.gov.br ou henrique-lykawka@ssp.rs.gov.br


Hellen C. S. de F. Lopes
CRC/RS 079356/0-8


AZ SERVIÇOS LTDA. - EPP
Artur dos Reis
Diretor

6.1.4 O pagamento relativo ao período compreendido entre o início dos serviços até o final do primeiro mês será efetuado proporcionalmente ao número de dias contados da data inicial da prestação dos serviços em relação ao número de dias do mês, considerando-se o mês calendário.

6.1.5 O pagamento será efetuado por serviço efetivamente prestado e aceito.

6.1.6 É condição para o pagamento da nota fiscal/fatura, o fornecimento dos originais ou cópias autenticadas dos documentos relacionados abaixo, os quais deverão ficar arquivados nos Órgãos contratantes.

I - mensalmente:

- a) recibos de pagamentos de salários, inclusive adicionais extraordinário, noturno, horas extras, de insalubridade, periculosidade, conforme o caso;
- b) registros de horário de trabalho (cartões-ponto ou folha-ponto);
- c) guias de recolhimento de FGTS e Relação de Empregados referentes ao contrato;
- d) recibos de fornecimento de vale-transporte;
- e) guia de recolhimento dos encargos sociais junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS -, referente ao contrato, devendo constar na mesma o CNPJ do contratante e o número, data e valor total das notas fiscais ou notas fiscais faturas às quais se vinculam;
- f) formulário GPS devidamente identificado com carimbo CNPJ do Contratado e preenchido com o valor de 11% sobre o valor bruto da nota fiscal, a título de retenção para a seguridade social, conforme prevê o art. 31 da Lei 8.212/91 alterado pela Lei 9.711/98, cujo recolhimento da importância junto ao INSS será efetuado pela Contratante, salvo quando se tratar de empresas optantes pelo simples, nos termos da Instrução Normativa INSS nº 08/2000, devendo tal situação ser devidamente comprovada junto ao contratante;

II - trimestralmente:

- α) Certidão Negativa que prove a regularidade com o FGTS;

III - semestralmente:

- α) Certidão Negativa de Débito - CND - emitida pelo INSS;
- β) Certidões Negativas de Débito Salarial, expedidas pela Delegacia Regional do Trabalho - DRT;

IV - anualmente e quando ocorrer o evento:

- a) avisos e recibos de férias;
- b) recibos de 13º salário;
- c) Relação Anual de Informações Sociais - RAIS;
- d) sentenças normativas, acordos e convenções coletivas;
- e) ficha de registro de empregado;
- f) contrato de trabalho;
- g) aviso prévio, pedido de demissão, e termos de rescisão de contrato de trabalho;
- h) autorização para descontos salariais; e,
- i) outros documentos peculiares ao contrato de trabalho.

6.1.7 Caso o serviço não seja prestado fielmente e/ou apresente alguma incorreção será considerado como não aceito e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização.

6.1.8 O pagamento da primeira parcela ficará condicionada à apresentação da certidão Negativa de Débito Salarial, emitida pelo Ministério do Trabalho. A não apresentação implicará na rescisão contratual.

CLÁUSULA SETIMA - DA INDENIZAÇÃO

7.1 Os valores do vale-refeição e vale-transporte, constantes do montante "C" serão indenizados pelo efetivamente despendido pela contratada, ou seja, a diferença entre o valor facial do vale-refeição e/ou preço da passagem e o que for descontado do empregado, multiplicado pelo número de beneficiários, conforme demonstrativo dos custos dos vales-refeição e transporte, que deverá ser entregue juntamente com a nota fiscal e/ou nota fiscal fatura.

7.1.1 A administração Pública Estadual poderá solicitar, a qualquer momento, a comprovação dos valores lançados no demonstrativo.

7.1.2 O valor do vale-refeição estará limitado ao que é pago aos servidores públicos e sofrerá alteração pelos mesmos índices e periodicidade do funcionalismo público estadual ou de acordo com o estipulado em dissídio coletivo da categoria.

7.1.3 O vale-transporte estará limitado ao custo da passagem.

CLÁUSULA OITAVA - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

8.1 Os valores do presente contrato não pagos na data do adimplemento da obrigação deverão ser corrigidos desde então até a data do efetivo pagamento, *pro-rata die*, pelo Índice Geral de Preços - Mercado/IGP-M.

CLÁUSULA NONA - DOS DESCONTOS

9.1 A inexecução dos serviços do presente contrato decorrentes do não suprimento de faltas, atrasos ou antecipações nas saídas dos empregados da empresa a ser contratada será descontado do preço estipulado, da seguinte maneira:

9.1.1 Montantes "A" + "B"

a) Desconto = -----x horas a descontar

b) Dias úteis/mês x horas dia útil.

9.2 Consideram-se dias úteis para fins desta cláusula os dias em que há previsão de prestação de serviço.

9.3 Os valores referentes ao vale-refeição e vale-transporte, Montante "C", que forem descontados dos empregados deverão ser compensados no demonstrativo dos custos dos vales-refeição e transporte.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS PRAZOS

10.1 Os serviços terão início no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** a contar do recebimento da autorização para início dos serviços e serão executados de acordo com o edital, a proposta vencedora da licitação e as cláusulas deste instrumento.

10.2 A autorização somente poderá ser emitida após a publicação da súmula do contrato no Diário Oficial do Estado.

10.3 O prazo de duração desta contratação será de **12 (doze) meses**, a contar da data da publicação da súmula do contrato no Diário Oficial do Estado, podendo ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos do que dispõe o art. 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93 e legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1 Executados os serviços e estando de acordo com o previsto no Edital de Licitação, na proposta, cláusulas contratuais e ainda observada legislação em vigor, serão recebidos pela **CONTRATANTE** mediante atestado do responsável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES**12.1. Dos Direitos**

12.1.1 Da **CONTRATANTE**: receber o objeto deste contrato nas condições avençadas; e

12.1.2 Da **CONTRATADA**: perceber o valor ajustado na forma e nos prazos convencionados.

12.2 Das Obrigações**12.2.1. Da CONTRATANTE:**

12.2.1.1 Efetuar o pagamento ajustado;

12.2.1.2 Fiscalizar a execução deste contrato; e

12.2.1.3 Dar a **CONTRATADA** as condições necessárias à regular execução do contrato.

12.2.2. Da CONTRATADA:

12.2.2.1 Prestar os serviços na forma ajustada de acordo com as especificações constantes neste contrato;

12.2.2.2 A **CONTRATADA** ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

12.2.2.3 Cumprir e fazer cumprir todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalhar com equipamentos individuais adequados;

12.2.2.4 Responder por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados durante a execução dos serviços, sendo de sua exclusiva responsabilidade a organização da "CIPA", quando for o caso;

12.2.2.5 Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.2.2.6 Reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

12.2.2.7 Responder, diretamente, por quaisquer perdas, danos ou prejuízos que vierem a causar à **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua ação ou omissão, dolosa ou culposa, na execução do contrato, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

12.2.2.8 Responsabilizar-se por todos e quaisquer ônus e encargos decorrentes da legislação Fiscal (Federal, Estadual e Municipal) e da Legislação social, previdenciária, trabalhista e comercial, decorrentes da execução do presente contrato;

12.2.2.9 Efetuar o pagamento dos salários, encargos sociais e trabalhistas de seus empregados nas datas determinadas pela legislação em vigor;

12.2.2.10 Entregar ao funcionário os vales-refeição e os vales transporte até o 1º dia útil do mês em que os mesmos serão utilizados em número suficiente para os dias úteis do mês;

12.2.2.11 A mão de obra especializada, bem como os uniformes equipamentos de proteção individual (EPIs), necessários à execução dos serviços, bem como o

fornecimento de todo material necessário a execução dos serviços serão de responsabilidade da **CONTRATADA**;

12.2.2.12 A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, não transferem à **CONTRATANTE** a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

12.2.2.13 Permitir à **CONTRATANTE** a fiscalização, a vistoria dos serviços e o livre acesso às dependências, bem como prestar, quando solicitada, as informações visando o bom andamento dos serviços;

12.2.2.14 Manter o registro de seus empregados devidamente atualizados e efetuar o controle da jornada de trabalho no respectivo local de prestação dos serviços;

12.2.2.15 Fornecer lista com número do documento de identidade de seus empregados alocados para prestação dos serviços objeto deste contrato, juntamente com cópia do contrato de trabalho de cada um dos empregados, bem como do respectivo registro do contrato de trabalho no livro de registros na CTPS;

12.2.2.16 Apresentar, antes do início das atividades, relação do pessoal a ser alocado nos respectivos serviços, com dados pessoais de identificação rigorosamente atualizada, e mantê-los identificados com crachás para controle de sua permanência nas dependências do local da prestação dos serviços;

12.2.2.17 Prestar os serviços discriminados, nos horários estabelecidos pela **CONTRATANTE**, utilizando-se da melhor técnica para sua execução;

12.2.2.18 Destacar elementos para execução dos serviços de forma criteriosa para que estes não sofram qualquer solução de continuidade ou redução de qualidade e quantidade, e providenciar a substituição de qualquer empregado julgado inconveniente ou que se mostre inapto às tarefas inerentes à execução contratual;

12.2.2.19 Fazer-se representar no local da prestação dos serviços por preposto aceito pela Administração com a atribuição de atualizar e manter sob sua guarda e responsabilidade os registros dos empregados, coordenando e fiscalizando a execução dos serviços e o cumprimento das normas disciplinares, de segurança e legislação pertinentes;

12.2.2.20 Substituir, sempre que exigido pela contratante e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórias à disciplina do Serviço Público;

12.2.2.21 Fornecer mensalmente, juntamente com a nota fiscal de serviços, os comprovantes de pagamento dos salários e de recolhimento das contribuições sociais (FGTS e INSS) pertinentes aos seus empregados alocados aos serviços objeto deste contrato, bem como os demais documentos conforme exigida na Cláusula Sexta – Do Pagamento, como condição à percepção mensal do valor faturado;

12.2.2.22 O comprovante de pagamento salarial deverá conter a identificação da empresa, a discriminação detalhada das importâncias pagas e descontada, os recolhimentos fundiários, além dos demais elementos indicados na legislação trabalhista e na norma coletiva da categoria profissional;

12.2.2.23 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela **CONTRATANTE**, quanto à execução dos serviços contratados;

12.2.2.24 Apresentar junto com a fatura (Nota Fiscal), para instruir o processo administrativo de pagamento, cópia do documento comprobatório de seu cadastro no município correspondente, a identificação do serviço prestado, os itens que compõem a base de cálculo e a respectiva alíquota incidente, ou, ainda, a comprovação de que é imune, isento, ou que se reveste de característica especial de contribuinte em que fica dispensada a retenção de ISSQN, conforme esta previsto na

Lei Complementar Federal nº 116/2003, em Lei Municipal Especial e na Instrução Normativa da 01/CAGE/RS/2011;

12.2.2.25 Fornecer filtro solar aos funcionários conforme está previsto na Lei Estadual 13.852, de 21 de dezembro de 2011; e

12.2.2.26 cumprir integralmente as exigências constantes no Anexo IV do Edital

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

13.1 A **CONTRATADA** reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, previstos no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1 Este contrato poderá ser rescindido de acordo com os art. 77, 78 e 79, Lei Federal nº 8.666/93.

14.2 A rescisão deste contrato implicará retenção de créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS SANÇÕES E DAS MULTAS

15.1 As seguintes sanções poderão ser aplicadas ao contratado sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Pública Estadual:

15.1.1 advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para as quais haja incorrido, a critério da **CONTRATANTE**, mediante justificativa;

15.1.2 penalidade de multa, que será aplicada nos seguintes casos e proporções:

15.1.2.1 de **10 %** pelo descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;

15.1.2.2 de **10 %** nos casos de inexecução total ou parcial, execução imperfeita ou em desacordo com as especificações e negligência na execução do objeto contratado; e

15.1.2.3 de **0,5 %** por dia de atraso que exceder o prazo fixado para a conclusão do serviço até o limite máximo de **10%** (dez por cento) do valor da obrigação.

15.1.3 impedimento do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual por período de até **05 (cinco) anos** nos seguintes casos:

15.1.3.1 cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

15.1.3.2 cometimento reiterado de faltas na sua execução;

15.1.3.3 desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

15.1.3.4 apresentação de documentos falsos ou falsificados;

15.1.3.5 cometimento reiterado de falhas ou fraudes na execução do contrato;

15.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do § 2º do art. 8º do Decreto Estadual nº 42.250 de 19 de maio de 2003.

15.2 Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido processo administrativo, garantida a defesa prévia e o contraditório;

15.3 Das penalidades de que tratam os subitens "15.1.1" a "15.1.4" cabe recurso ou pedido de representação, conforme o caso;

15.4 A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos;

15.5 As multas deverão ser recolhidas na conta bancária indicada pela **CONTRATANTE**, mediante Comprovante de recolhimento, no prazo de **10 (dez) dias** a contar da intimação, podendo a **CONTRATANTE** descontá-la, na sua totalidade, da fatura ou do saldo remanescente;

15.6 As multas moratórias previstas nos itens acima são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, ficando, porém, o seu total limitado a 20% (vinte por cento) do valor total atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EFICÁCIA

16.1 O presente contrato somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 Fica eleito o Foro de Porto Alegre para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

17.2 São consideradas partes integrantes deste contrato o Edital que lhe deu origem e a proposta da licitante contratada.

17.3 E por estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente Contrato em 03 (três) vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Porto Alegre, 02 de abril de 2013.

CONTRATANTE

SAULO COSER FAGANELLO,
Diretor-Geral da Secretaria da Segurança Pública/RS.

CONTRATADA

AZ SERVIÇOS LTDA. - EPP
ARTUR DOS REIS,
Representante da Empresa **AZ SERVIÇOS LTDA - EPP.**
Artur dos Reis
Diretor

298
A

LICITAÇÕES

GRUPO EXECUTIVO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
GELIC

RESULTADO

PROCESSO: 037569-12.03/12-2 - PE 16/GELIC/2013

Torno público para conhecimento dos interessados, o resultado final da Licitação acima, (Aquisição de barco de alumínio com reboque e motor de popa) com logomarca ENAFRON/SENASP/MJ para a Brigada Militar. Lote 01 - 1ª Classificada empresa POLIMARINE IND. E COM. LTDA - ME, ao preço total do lote em R\$ 131.649,00.

PROCESSO: 003845-12.00/12-5 - PE-664/GELIC/2012

Torno público para conhecimento dos interessados, o resultado final da Licitação acima, que trata da contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de limpeza, conservação e higiene, e de jardinagem para a sede da ACISP/SSP. Lote 01 - 1ª Classificada: VERSÁTIL SERVIÇOS EMPRESARIAIS E TEMPORÁRIOS LTDA., ao preço total mensal de R\$ 16.700,00.

SUMULA DO CONTRATO

PROCESSO: 003855-12.00/12-7 PE-669/GELIC/2012

PARTES: Estado do Rio Grande do Sul por intermédio da SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA e a empresa AZ SERVIÇOS LTDA - EPP - Termo de Contrato nº 054/2013. OBJETO: Contratação de empresa do ramo para a prestação de serviço de limpeza, conservação e higiene junto aos prédios de uso da Secretaria da Segurança Pública/RS, conforme as especificações constantes do Instrumento Editalício e dos Anexos que se integram a este instrumento. VALOR MENSAL: R\$ 37.900,00; U.O.: 12.60; NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.37.3701; PROJETO/ATIVIDADE: 8018; RECURSO: 8008; PRAZO PARA INÍCIO DOS SERVIÇOS: 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da Autorização para Início dos Serviços. Porto Alegre, em 04 de abril de 2013.

Del. Pol. ELISÂNGELA PICCOLI DE BASTIANI,
Coordenadora do GELIC/SSP.

Codigo: 1127950

Brigada Militar

Comandante Geral: FABIO DUARTE FERNANDES - Coronel QOEM
End: Rua dos Andradas, 522
Porto Alegre/RS - 90020-001

Departamento Administrativo

ANTONIO GILCEU SOUZA - Coronel QOEM
End: Rua dos Andradas, 522
Porto Alegre / RS / 90020-002
Fone: (51) 3288-2850

RECURSOS HUMANOS

Assunto: Relotação
Expediente: 017611-1203/13-5
Nome: Celestias Goulart Nascimento
Id.Func./Vínculo: 2211084/02
Tipo Vínculo: cvmi
Lotação: Governo do Estado

DEFERE a relotação, do Servidor no Corpo Voluntário de Militares Estaduais Inativos (CVMI) do CRPO/VC/Montenegro da atividade Administrativa para a atividade Administrativa no 5º BPM/Montenegro.

Codigo: 1128016

Assunto: Relotação
Expediente: 028182-1203/13-3
Nome: Jose Machado da Costa
Id.Func./Vínculo: 2141469/02
Tipo Vínculo: cvmi
Lotação: Governo do Estado

DEFERE a relotação, do Servidor no Corpo Voluntário de Militares Estaduais Inativos (CVMI) do DA/Porto Alegre da atividade Administrativa para a atividade Administrativa CRBM/Porto Alegre.

Codigo: 1128017

Assunto: Relotação
Expediente: 013933-1203/13-0
Nome: Renato Pedrosa Alves
Id.Func./Vínculo: 2217210/02
Tipo Vínculo: cvmi
Lotação: Governo do Estado

DEFERE a relotação, do Servidor no Corpo Voluntário de Militares Estaduais Inativos (CVMI) do 1º BPAT/TRES COROAS da atividade Administrativa para a atividade de guarda ministério público no 9º BPM/Porto Alegre.

Codigo: 1128018

DECISÕES

DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO

Processo nº: 033487-12.03/12-3

IL 059/DLP/12

O Diretor do Departamento de Logística e Patrimônio da Brigada Militar, TORNA INSUBSISTENTES os seguintes atos, tendo em vista reajuste no valor unitário de munição objeto da presente contratação: 1) Súmula de ratificação da IL 059/DLP/12, ato publicado no D.O.E. de 31 de dezembro de 2012, p. 188. 2) Errata de súmula de ratificação da IL 059/DLP/12, ato publicado no D.O.E. de 09 de janeiro de 2013, p. 48. 3) Errata de súmula de ratificação da IL 059/DLP/12, ato publicado no D.O.E. de 28 de março de 2013, p. 43.

Codigo: 1127590

SÚMULAS

DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO

RATIFICAÇÃO

PROCESSO Nº 033487-12.03/12-3

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 059/DLP/12

Com base no art. 26 da Lei nº 8.666/93 ratifico a Inexigibilidade de Licitação fundamentada no art. 25, inciso I da referida Lei.

EMPRESA: Companhia Brasileira de Cartuchos - CBC

OBJETO: Aquisição de 15.750 (quinze mil setecentas e cinquenta) unidades de munição CBC 40SW CXPO 130GR COPPER BULLET TACT, conforme especificações técnicas e proposta comercial apresentada pela CONTRATADA.

VALOR: Valor unitário de R\$ 4,71 (quatro reais e setenta e um centavos), totalizando R\$ 74.182,50 (setenta e quatro mil, cento e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).

RECURSO FINANCEIRO: U.O 03.01 - Projeto: 6243 - Subprojeto: 00001 - Natureza da Despesa: 3.3.90.30 - Recurso: 2002.

Codigo: 1127593

Superintendência dos Serviços Penitenciários

Superintendente: GELSON DOS SANTOS TREIESLEBEN

End: Rua Voluntários da Pátria, 1358 - 4º andar

Porto Alegre/RS - 90230-010

Gabinete do Superintendente

RECURSOS HUMANOS

Assunto: Remoção
Expediente: 002881-1202/13-5
Nome: Alisson Jauber Nascimento Rodrigues
Id.Func./Vínculo: 3538303/02
Tipo Vínculo: efetivo
Cargo/Função: Agente Penitenciário - A
Lotação: SUSEPE - Instituto Penal de Viamão

REMOVE, a pedido, do Instituto Penal de Viamão para o Presídio Regional Hamilton da Cunha Gonçalves, em permuta com o Agente Penitenciário Rafael Souza Alves ID 3171752/02.

Codigo: 1128019

Assunto: Remoção
Expediente: 002881-1202/13-5
Nome: Andrea Friedrich Ruzicki
Id.Func./Vínculo: 2467020/01
Tipo Vínculo: efetivo
Cargo/Função: Técnico Superior Penitenciário - D
Lotação: SUSEPE - Patronato Lima Drummond

REMOVE, a pedido, do Patronato Lima Drummond para o Centro de Observação Criminológica.

Codigo: 1128020

Assunto: Remoção
Expediente: 002869-1202/13-3
Nome: Caroline Luciane Werner
Id.Func./Vínculo: 2853310/01
Tipo Vínculo: efetivo
Cargo/Função: Técnico Superior Penitenciário - B
Lotação: SUSEPE - Centro de Observação Criminológica de Porto Alegre

DECLARA SEM EFEITO, a Portaria publicada no DOE de 15/03/2013, que removeu do Presídio Regional Hamilton da Cunha Gonçalves para a Penitenciária Estadual Feminina de Guaíba Julieta Balestro, por ter constado indevidamente.

Codigo: 1128021

Assunto: Remoção
Expediente: 002881-1202/13-5
Nome: Debora Cristina Guedes Godinho
Id.Func./Vínculo: 2444844/01
Tipo Vínculo: efetivo
Cargo/Função: Técnico Superior Penitenciário - D
Lotação: SUSEPE - Instituto Penal de Viamão

REMOVE, a pedido, do Instituto Penal de Viamão para o Instituto Penal de Canoas, a contar de 01/04/2013.

Codigo: 1128022